

ÉTICA, POLÍTICA E PLANEJAMENTO NAS ENCRUZILHADAS DA PÓS-MODERNIDADE: AS CONTRIBUIÇÕES DE HABERMAS E FORESTER¹

"Simplificando ao extremo, considera-se 'pós-moderna' a incredulidade em relação aos metarrelatos ... Ao desuso do dispositivo metanarrativo de legitimação corresponde sobretudo a crise da filosofia metafísica e da instituição universitária que dela dependia. A função narrativa perde seus atores (*functeurs*), os grandes heróis, os grandes perigos, os grandes périplos e o grande objetivo. Ela se dispersa em nuvens de elementos de linguagem narrativos, mas também denotativos, prescritivos, descritivos, etc, cada um veiculando consigo validades pragmáticas *sui generis*. Cada um de nós vive em muitas destas encruzilhadas. Não formamos combinações de linguagem necessariamente estáveis, e as propriedades destas por nós formadas não são necessariamente comunicáveis" (LYOTARD, [1979], 1993, p. xvi).

A DERROCADA DO POSITIVISMO: RUMO AO CAOS EPISTEMOLÓGICO OU AO PÂNTANO DO RELATIVISMO?

É preciso reconhecer que, se o fim do socialismo real nos deixou órfãos, a agonia do positivismo nos deixa atônitos, já que tem privado à direita de suas certezas, e à esquerda, de seus inimigos. Como se pode ser conservador, em termos teóricos, se as fundações epistemológicas estão corroídas pela dúvida? Como se pode sustentar uma aguerrida luta por utopias, quando não há mais inimigos dignos deste nome, e quando os aliados mudam a toda hora? Expressando a perplexidade que se seguiu à queda da hegemonia do positivismo, dois autores, em momentos distintos, referem-se ao "caos" imperante nas Ciências Sociais. Bernstein (1976, p. xii), escrevendo sobre os anos 60, usa a pa-

LINDA M. P. GONDIM*

RESUMO

Este artigo discute as contribuições de Habermas e de Forester para o tratamento de questões valorativas pelas ciências sociais e pelo planejamento. A concepção habermasiana de racionalidade comunicativa é vista como uma alternativa à neutralidade axiológica positivista e ao relativismo das concepções pós-modernas, na medida em que permite tratar racionalmente questões de valor, a partir de critérios fornecidos pela linguagem: as pretensões de compreensibilidade, verdade, sinceridade e correção normativa, que constituem os pressupostos contra-factuais dos atos de fala. Forester elabora categorias intermediárias que permitem a aplicação dos abstratos conceitos habermasianos ao cotidiano da prática dos planejadores, considerada, simultaneamente, em suas dimensões técnica, sociopolítica e ética.

* Doutora e professora adjunta do Departamento de Ciências e Filosofia da UFC.

lavra para caracterizar a impressão produzida pela literatura relativa àquelas ciências, cujos fundamentos epistemológicos teriam sido atacados em consequência da onda de agitação política que varreu o mundo naquela década. Mais recentemente, Schwartzman (1987, p. 29), comentando *O novo movimento teórico*, artigo seminal de Jeffrey Alexander (1987), refere-se à contribuição desse autor como "uma tentativa ambiciosa e inteligente de dar alguma ordem ao caos epistemológico e conceitual" (grifo meu) em que se debatiam as Ciências Sociais nos anos 80. Na verdade, a falta de consenso, ou mesmo a confusão, em relação aos problemas mais relevantes, às

teorias mais frutíferas e às metodologias mais adequadas, tem sido a tônica nas ciências que estudam a sociedade. Entretanto, durante um curto período de tempo – nas duas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial –

assistiu-se à hegemonia do funcionalismo, tal como reelaborado na sociologia norte-americana. Esta corrente, que mais fortemente se aproximou da idéia de paradigma, na acepção proposta por Kuhn (1970), abraçou o postulado positivista de tomar a metodologia das ciências naturais como modelo para as ciências sociais, acreditando ser possível operar uma radical separação entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Mantinha-se, desse modo, a ingênua concepção de Durkheim, segundo a qual não seria problemático decidir entre valores alternativos, já que esse tipo de questão deveria e poderia ser facilmente excluído do trabalho do cientista social, bastando, para tanto, a “boa-vontade” deste Löwy (1994, p. 31).

Em meados dos anos 60, um eminente sociólogo americano expressava sua insatisfação com o estrutural-funcionalismo, acusando-o de ser incapaz de produzir teoria, no sentido de um sistema dedutivo de proposições (Homans, 1964). O título do ensaio de Homans, *Bringing men back in*, prenunciava a mudança de ênfase que viria a ocorrer na produção sociológica ao longo dos anos subseqüentes, quando as abordagens de caráter “macro” perderiam espaço para as abordagens de corte fenomenológico, voltadas para a microteorização, tais como o interacionismo simbólico e a etnometodologia. Na segunda metade daquela década, os ataques ao positivismo assumiram um caráter mais radical e eram dirigidos primordialmente à questão da “neutralidade axiológica”: os movimentos de protesto que varreram os campi universitários dos Estados Unidos e da Europa clamavam por uma ciência social comprometida com a luta revolucionária,² capaz de substituir a pretensa objetividade positivista por uma teoria crítica da sociedade, de inspiração marxista. Ressalte-se que na América Latina, a trajetória do funcionalismo foi diversa, uma vez que ele nunca triunfou completamente, tendo que disputar com o marxismo a preferência dos cientistas sociais. No Brasil, pode-se mesmo levantar a hipótese de que o marxismo constituiu o paradigma dominante na sociologia nos anos 70. Contudo, por mais que os sociólogos de esquerda - grande parte dos quais perseguidos pelas ditaduras

militares que infestaram o continente - desprezassem a neutralidade preconizada por Durkheim e seus epígonos, tinham o positivismo como marco de referência, pelo menos do que *não* deveria ser a atividade científica.

Nos anos 80, porém, isso mudou. Por um lado, a realidade dos novos movimentos sociais passou a exigir uma revisão dos esquemas interpretativos ancorados na “luta de classes”, difíceis de sustentar, dada a heterogeneidade socioeconômica dos novos sujeitos políticos, e sua emergência fora do espaço da produção, tradicional locus da análise marxista. Por outro lado, a progressiva substituição do positivismo por abordagens de cunho fenomenológico tornou as batalhas epistemológicas muito mais sutis. O “inimigo” agora infiltrava-se no próprio terreno dos estudos sobre movimentos sociais, onde a análise marxista, ainda que não assumidamente, cedia lugar a abordagens marcadas pelos métodos do trabalho de campo etnográfico, com ênfase em temas como identidade, representações culturais e cotidiano (Durham, 1986).

Mesmo reconhecendo a importância desses temas, não podemos negar que, com a falência de teorias globalizantes como o funcionalismo e o marxismo, corremos o risco de afundar no pântano do relativismo pós-moderno, no fundo do qual será sepultada a racionalidade. Em outras palavras, a derrocada dessas macroteorias poderia ser vista como expressão de uma crise mais geral, decorrente da perda de legitimidade da ciência, guardiã, por excelência, da razão, tal como concebida no Iluminismo. Segundo os pensadores pós-modernos, a erosão das grandes sínteses homogeneizadoras que legitimam a ciência moderna daria lugar a uma pluralidade de discursos: nas palavras de Rouannet (1992, p. 239), “a ciência pós-moderna, seguindo, nisso, a *episteme* pós-moderna em geral, se legitima pelo heterogêneo, pelo inesperado, pela diferença.”

Os antropólogos mergulham alegremente nesse pântano relativista, ainda que com ressalvas e qualificativos.³ Nós, sociólogos, somos mais circunspectos. Quando não

estávamos ancorados nas certezas da epistemologia marxista, podíamos até descambar para o relativismo, mas o fazíamos sem nenhum triunfalismo, e até com uma certa angústia: *remember* Max Weber. No afã de salvar a objetividade das ciências sociais, Weber buscou bravamente afirmar a neutralidade do cientista social, pela exclusão sistemática das questões valorativas, em sua dimensão substantiva, como possível objeto de conhecimento racional. Na esfera das convicções morais e políticas, tudo não passaria de um combate entre diferentes, mas igualmente poderosos deuses. Mas, se é assim, a ciência teria algo a dizer sobre a justiça, a igualdade, a felicidade? Como se sabe, para o sociólogo alemão, somente um profeta poderia dar resposta à pergunta: “a qual dos deuses em luta serviremos?” — e, portanto, à questão crucial que colocava Tolstói: “que faremos e como disporemos [de] nossas vidas?” (Weber, 1971, p. 180 [1918]).

A mitologia ensina que combates envolvendo divindades podem ser belos e frutíferos, pelo menos para alguns contendores. E está aí a psicanálise para indicar como deuses e mitos podem ser úteis, do ponto de vista heurístico. O problema é que quando se reduzem as questões valorativas a querelas entre deuses, corre-se o risco de ferir de morte aquela que foi parteira das ciências sociais, a racionalidade. E, por tabela, mata-se a possibilidade de se escolher racionalmente entre os melhores cursos de ação — ou seja, acaba-se com o planejamento como atividade social e política. Entretanto, se adotamos o conceito de racionalidade como capacidade de dar razões cuja validade é passível de reconhecimento — e não, simplesmente, como a mera capacidade de dar razões, como querem os relativistas — começamos a vislumbrar uma alavanca capaz de nos tirar do pântano, ainda que, ao sair dele, não encontremos mais do que o terreno ainda movediço dos pressupostos contra-factuais dos atos de fala e de uma teoria evolutiva das capacidades cognitivas e normativas. Em suma, encontramos Habermas e sua teoria da ação comunicativa.

UM PROJETO ARROJADO

Na medida em que recusa o positivismo e sua pretensa neutralidade axiológica, o projeto habermasiano situa-se na tradição da teoria crítica (Freitag, 1986; Held, 1980). Diverge, porém, da orientação pessimista da Escola de Frankfurt, na medida em que não rejeita totalmente a herança do Iluminismo. Se, por um lado, compartilha com os frankfurtianos a crítica ao caráter instrumental da razão moderna, que acarreta o uso do conhecimento científico como instrumento de dominação, diverge deles ao considerar que o processo de racionalização tem um componente emancipatório, evidenciado no desenvolvimento de uma atitude crítica, possibilitado pela superação das visões de mundo míticas e teológicas. Entretanto, esse potencial libertário da razão tem sido sufocado pela ideologia que mascara as relações de dominação, as quais acompanham o desenvolvimento do capitalismo. Para Habermas, a tarefa de uma ciência social crítica seria identificar essas relações de poder e a ideologia que as justifica; dessa forma, o conhecimento científico poderia servir a um interesse emancipatório.

Mas como poderia essa crítica à ideologia escapar da acusação de ser, ela própria, ideológica? Segundo Thōmpson (1982, p. 117), um esboço de resposta a essa questão foi dado por Habermas numa conferência proferida em 1965: “o interesse humano em autonomia e responsabilidade não é mera fantasia, pois ele pode ser apreendido *a priori*. O que nos distingue da natureza é a única coisa cuja natureza podemos conhecer: a linguagem” (*apud* THOMPSON, 1982, p. 117-8; tradução do inglês).⁴ É na linguagem, pois, que Habermas vai buscar critérios universais para a justificação racional de normas e valores: tais critérios estariam implícitos na estrutura da comunicação, tal como realizada nos atos de fala.⁵ A razão seria bidimensional: em sua dimensão comunicativa, ela tem por objetivo o entendimento e se expressa em ações coordenadas lingüisticamente; em sua dimensão instrumental (que corresponde ao conceito weberiano de racionalidade), ela visa a utilização eficien-

te de meios para a realização de fins predeterminados pelos agentes, que coordenam suas ações por meios não lingüísticos (dinheiro e poder).

Habermas considera que a linguagem enquanto fala é passível de análise formal, o que lhe permite tomar como base para a sua teoria os aspectos pragmáticos universais da língua (Habermas, 1979, p. 6). Assim, enquanto a lingüística explica os aspectos fonéticos, sintáticos e semânticos das sentenças em termos universais, a pragmática universal de Habermas procura dar conta das regras que todo falante adulto tem de seguir a fim de proferir enunciados capazes de propiciar a comunicação.⁶ Diferentemente da sociolingüística, essa pragmática universal busca determinar as propriedades formais das situações de fala, em geral, sem se preocupar com o significado de expressões lingüísticas em situações particulares de uso (Habermas, 1979, p. 31). A teoria habermasiana da competência comunicativa, que se utiliza das formulações de Austin e Searle, tem como noção chave a constituição intersubjetiva do significado:

a teoria da competência comunicativa sustenta que a possibilidade de comunicação baseia-se na constituição intersubjetiva do significado, de modo que para que um símbolo tenha o mesmo significado, seja ao mesmo tempo, para dois sujeitos humanos, seja em tempos distintos, para um único sujeito, é necessário que os sujeitos sejam capazes de gerar um acordo entre eles através do uso de certas características da linguagem (universais pragmáticos), e de reestabelecer tal acordo, se ele degenerar (Shapiro, 1976, p. 172; tradução do inglês).

O acordo acima mencionado não pode ser alcançado através de coerção ou manipulação, que são ações unilaterais. Uma pessoa não pode “obrigar” outra a aceitar o significado de uma palavra ou de uma frase; pode, no máximo, obrigá-la a agir como se tivesse aceito a definição imposta. A constituição do sig-

nificado é necessariamente um processo interior e inter-subjetivo. Não é, entretanto, voluntarista, pois as ações comunicativas transcorrem em contextos normativos determinados social e historicamente:

Sem o ‘background’ normativo constituído por rotinas, papéis, formas de vida – em suma, convenções – a ação individual permaneceria indeterminada. Todas as ações comunicativas satisfazem ou violam expectativas normativas ou convenções (Habermas, 1979, p. 35; tradução do inglês).

O entendimento, *telos* da ação comunicativa, tem um sentido “fraco” e um sentido “forte”. No primeiro caso, ele ocorre quando dois sujeitos se põem de acordo sobre o significado de uma expressão lingüística – condição necessária, mas não suficiente, para que ocorra o entendimento em seu sentido “forte”, que implica o estabelecimento de uma determinada relação social entre falante e ouvinte. Nesse sentido, os atos de fala são basicamente formas de comunicação dinâmicas e contextuais, para cujo sucesso não é suficiente a obediência a regras gramaticais preestabelecidas. Além de seguir essas regras, um falante competente deve ser capaz de fazer o ouvinte entender o *conteúdo proposicional* de uma sentença e sua *força ilocucionária*, a qual indica *como* uma proposição deve ser considerada (como uma afirmação, questão, promessa, ameaça, pedido, etc) (SEARLE, 1971). Para tanto,

O falante tem que escolher uma expressão compreensível, de forma que ele e o ouvinte possam entender um ao outro. O falante tem que ter a intenção de comunicar uma proposição verdadeira (ou um conteúdo proposicional, cujos pressupostos existenciais sejam satisfeitos), de modo que o ouvinte possa partilhar o conhecimento do falante. O falante tem que querer expressar suas intenções verazmente, de modo que o

ouvinte possa acreditar na emissão do falante (possa confiar nele). Finalmente, o falante tem que escolher um enunciado que seja correto, de modo que o ouvinte possa aceitar o enunciado e (ambos) falante e ouvinte possam concordar um com o outro no enunciado, com respeito a um contexto normativo reconhecido (Habermas, 1979, p. 2-3; tradução do inglês).

A realização dessas funções gerais da comunicação – representação da realidade externa, expressão da realidade interna (subjetiva) e interação com base em uma realidade normativa –, com a ajuda de uma sentença, é avaliada em relação a *pretensões* (“claims”) que os participantes dos atos de fala pressupõem ser válidas: que a sentença é *compreensível*, que o seu conteúdo proposicional é *verdadeiro*, que as intenções do falante são sinceras ou *verazes*, e que a relação estabelecida entre ele e o ouvinte é apropriada ao contexto normativo, ou seja, é *correta* (Habermas, 1979, p. 28, 33). Vale ressaltar que a pretensão de compreensibilidade tem um status algo diferente das demais, pois, se não for cumprida, as outras não têm condições de se realizar. Por outro lado, embora as pretensões de verdade, sinceridade e retidão tenham de estar presentes, simultaneamente, em todos os atos de fala que constituem a base da ação comunicativa, o falante pode tematizar cada uma de per si, conforme o papel ilocucionário do ato de fala. Assim, atos de fala constatativos, que enunciam algo (utilizando verbos como dizer, explicar ou descrever), tematizam a pretensão de verdade; atos de fala expressivos, ou seja, que expressam vivências (por meio de verbos como gostar, revelar, querer), tematizam a veracidade ou sinceridade; e atos de fala regulativos (os quais utilizam verbos como avisar, proibir e outros) tematizam a correção (Habermas, 1987, p. 395).

Evidentemente, as pretensões de validade nem sempre são realizadas, já que as pessoas, freqüentemente, fazem afirmações erradas, dizem mentiras e expressam-se de forma obscura, ou inapropriada ao contexto

normativo. Isto, porém, não invalida o modelo da ação comunicativa, pois nele as pretensões de validade existem como pressupostos. Além disto, a compreensibilidade das sentenças, a verdade e a correção dos proferimentos lingüísticos, e a sinceridade do falante podem, *em princípio*, ser questionadas e checadas satisfatoriamente no decorrer da interação. Assim, pressupõe-se que se for questionada a compreensibilidade da sentença, o falante dará explicações, corrigirá a gramática ou usará outras palavras; se a verdade do que é dito for contestada, o falante apresentará evidências comprovadoras da proposição; se a veracidade de suas intenções for posta em questão, ela poderá ser testada de acordo com a coerência do comportamento subsequente do falante; finalmente, se a legitimidade for questionada, o falante apresentará justificativas (Habermas, 1979, p. 63-64). Se o falante não conseguir atender satisfatoriamente a esses questionamentos, ou a comunicação é substituída pela ação estratégica (conflito ou manipulação), ou os agentes tentam restaurar o consenso que serve como pano de fundo à comunicação (*background consensus*). As pretensões de verdade e de legitimidade podem ser recuperadas através do *discurso*, uma forma de meta-comunicação assim definida por Habermas (1975, p. 107-108; tradução do inglês):

“O discurso pode ser entendido como aquela forma de comunicação que é retirada dos contextos da experiência e da ação, e cuja estrutura nos assegura: que as pretensões de validade das afirmações, recomendações ou avisos são o objeto exclusivo da discussão; que os participantes, temas e contribuições não sofrem nenhuma restrição, exceto com referência ao objetivo de testar a validade das pretensões em questão; que nenhuma força, exceto a do melhor argumento, é exercida; e que, como resultado, todos os motivos, exceto a busca cooperativa da verdade, são excluídos”.

Essa “situação ideal de discurso” requer relações simétricas entre os participantes, inclusive em termos políticos, socioeconômicos e culturais, de modo que todos tenham as mesmas chances de apresentar e refutar argumentos. Evidentemente, tal situação não pode

ser encontrada em nenhum contexto empírico, constituindo uma utopia, como Habermas reconhece.

Mas então, de que servem os pressupostos da comunicação, se a situação ideal do discurso nunca pode se realizar, sendo incapaz de fornecer critérios racionais para distinguir entre a verdade e o erro, entre o certo e o errado? Estaríamos de volta às encruzilhadas da pós-modernidade, sem nenhuma pista para nos indicar o caminho alternativo ao lodaçal relativista em que corremos o risco de cair, ao abandonarmos a trilha pedregosa e árida do positivismo e de sua razão instrumental? Pode-se defender a praticidade da teoria da ação comunicativa enfatizando que não se trata apenas de um constructo arbitrário, metafísico, originado na mente de um filósofo alemão. Mesmo reconhecendo o alto grau de abstração do conceito de pretensões de validade e da correlata situação ideal do discurso, trata-se de noções que, intuitivamente, pertencem ao repertório de todo falante competente; se não fosse assim, acordos com relação a significados, e a própria comunicação, que cimenta a vida social, seriam impossíveis. Pode-se entender a situação ideal do discurso como uma hipótese prática que proporciona critérios normativos, mas não arbitrários, para que se possa tratar de questões valorativas (McGuire, 1977). A fim de tornar tais critérios operativos, seria necessário verificar as restrições efetivamente existentes à comunicação, em decorrência de escassez econômica, desigualdade política e social e repressões que operam no nível psíquico, afetando, inclusive, a interpretação de necessidades (Misgeld, 1975, p. 35). Vale notar que o próprio Habermas reconhece o caráter precário do entendimento buscado pela ação comunicativa, o qual deveria ser visto como um *processo*, sendo que a interpretação negociada das situações nem sempre conduz a situações estáveis:

a estabilidade e a univocidade são mais a exceção na prática comunicativa cotidiana. Mais realista é a imagem que nos oferece a etnometodologia de uma comunicação difusa, frágil,

constantemente submetida a revisão e só lograda por alguns instantes, em que os implicados se baseiam em pressuposições problemáticas e não declaradas, sempre movendo-se por tentativas desde logo naquilo que estão de acordo, para o seguinte (Habermas, 1987, p. 145; tradução do espanhol).

Em sua obra *A teoria da ação comunicativa*,⁷ Habermas desenvolve a noção de *mundo de vida* como conceito complementar ao de ação comunicativa. O mundo de vida compreende o conjunto de pressuposições aproblemáticas que constituem o contexto linguístico e cultural no qual se situam falantes e ouvintes, e a partir do qual constroem processos de entendimento intersubjetivos “sobre algo no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo” (Habermas, 1987, p. 179; tradução do espanhol). A ação comunicativa é o meio pelo qual as estruturas simbólicas desse mundo de vida se reproduzem (Habermas, 1989, p. 458). Nas sociedades tribais, o mundo de vida como que recobre o conjunto da organização social, não se diferenciando da dimensão sistêmica, na qual se verifica a reprodução material. Essa diferenciação, que se inicia com o aparecimento das sociedades com organização estatal, só irá se completar com o advento do capitalismo, mediante a constituição do mercado e do Estado burocrático como esferas autônomas da vida social, nas quais a coordenação das ações se dá por meios não lingüísticos: o dinheiro e o poder, respectivamente. Ao longo desse processo, a lógica sistêmica invade o mundo de vida, minando tradições culturais e impondo o primado da racionalidade instrumental. Ainda que acuada pela “colonização” do sistema, a racionalidade argumentativa permanece implícita nos contextos de entendimento lingüístico cotidianos, indicando a possibilidade de que a razão tenha uma função emancipatória com relação a estruturas sociais e políticas opressoras.

Esse brevíssimo esboço dos aspectos evolutivos da teoria da ação comunicativa não faz justiça à profundidade da análise apresen-

tada por Habermas. Entretanto, para as finalidades do presente trabalho, é suficiente destacar que, se a noção de mundo de vida é pelo menos tão problemática quanto a noção de situação ideal de discurso, ela tem a vantagem de destacar o caráter pré-reflexivo, espontâneo, da racionalidade comunicativa, a qual só implicitamente está referida à possibilidade de formas argumentativas de se checar a validade dos enunciados quanto à verdade dos fatos, à sinceridade das intenções dos falantes e à correção das normas. Nas palavras de Habermas (1989, p. 419), “os discursos são ilhas no mar da prática” (tradução do espanhol). Essa perspectiva abre espaço para abordagens teóricas e metodológicas de cunho fenomenológico e hermenêutico, que enfatizam a dimensão simbólica, as interações face a face e os processos sociais no nível do cotidiano. Por outro lado, ao conceber a sociedade também numa dimensão sistêmica, a proposta habermasiana permite enfrentar melhor os riscos do idealismo e do voluntarismo, presentes naquelas abordagens. Este ponto será retomado adiante; por ora, cumpre notar que, infelizmente, a teoria da ação comunicativa parece prometer muito, mas tem realizado pouco, no que se refere a suas aplicações para o estudo empírico de fenômenos sociais. Trata-se de uma teoria muito complexa, devido ao seu alto grau de abstração, à sua incompletude, reconhecida pelo próprio Habermas (1989, p. 462), e à sua multidisciplinaridade. Com efeito, o autor faz uso de múltiplas e diversificadas fontes:⁸ a teoria crítica desenvolvida pela Escola de Frankfurt, o marxismo (sobretudo Marx e Lukacs), a filosofia da linguagem desenvolvida por Searle e Austin, a hermenêutica de Gadamer, o pragmatismo de Pierce, Dewey e James, o interacionismo simbólico de Schutz e Goffman, o estruturalismo genético de Piaget, a teoria dos sistemas de Luhmann, a teoria da ação social de Weber e as teorias da integração social de Durkheim, de Parsons e de Mead, entre outras. Como assinalou Walther Zimmerli (*apud* Siebneichler, 1989, p. 24), “sua estupenda capacidade de assimilar teorias alheias é superada por sua imensa capacidade de produção própria”.

A utilização empírica das formulações habermasianas requer a elaboração de categorias intermediárias, passíveis de aplicação em pesquisas sobre contextos sociais e históricos específicos. Daí a importância da obra de John Forester,⁹ que utiliza de forma crítica e criativa as contribuições do filósofo alemão, com o intuito de contribuir para uma teoria crítica do planejamento. Vale salientar que Habermas não constitui a única fonte das formulações de Forester, que se baseiam, igualmente, na filosofia da linguagem,¹⁰ nas contribuições do interacionismo simbólico e na teoria política crítica de autores como Bernstein (1976) e Lukes (1981). Além disso, ele faz uma apropriação seletiva das categorias habermasianas: os conceitos de “situação ideal de discurso”, a dicotomia “sistema / mundo de vida” e a análise das crises no capitalismo maduro, por exemplo, não são utilizados em *Planning in the face of power*, principal obra de Forester (1989). Finalmente, o que melhor o distingue de Habermas é a aplicação da teoria da competência comunicativa ao contexto institucional e organizacional do planejamento:

... os planejadores são localizados fenomenologicamente numa relação institucional específica [que se caracteriza por] diferenças estruturadas, controle de recursos estruturalmente distorcido, e compreensões de si, do outro, da política e da comunidade também condicionadas estruturalmente. Este ponto de partida constitui o fundamento da análise apresentada pelo livro [Planning in the Face of Power] sobre o que pretendem os planejadores – como ouvintes, como designers, como negociadores-mediadores, e, em geral, como organizadores ou desorganizadores da atenção do público – e este ponto de partida distingue o livro, virtualmente, de todos os textos de Habermas que eu conheço. Habermas se interessa pelas bases de uma teoria crítica da sociedade. Sua teoria pode ser apropriada de mil maneiras diferentes, das quais somente uma é refletida no meu livro (Forester, 1990, p. 49; tradução do inglês).

APLICAÇÕES DA TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA À PRÁTICA DE PLANEJAMENTO, OU: DE COMO JOHN FORESTER NÃO ME VENDEU A BROOKLYN BRIDGE¹¹

Os estudantes veteranos do Departamento de Planejamento Urbano e Regional da Universidade de Cornell costumavam promover, no início do ano letivo, uma reunião para dar “dicas” consideradas fundamentais para a sobrevivência dos calouros da pós-graduação, tipo como obter uma monitoria (teacher’s assistanship), quais os cursos mais fáceis e mais difíceis, etc. Naquele setembro de 1982, quando ingressei no Programa de Doutorado daquele Departamento, uma das informações distribuídas na tal reunião era uma espécie de classificação dos professores. Junto ao nome de John Forester constava: “teoria”. E, no entanto, não conheci nenhum outro professor daquele Departamento cuja obra estivesse mais profundamente voltada para a prática de planejamento, nos seus aspectos éticos e políticos – e não apenas no sentido trivial de que “nada melhor para uma boa prática do que uma boa teoria”, mas no sentido forte de uma contribuição de grande alcance pedagógico para a formação dos profissionais da área. Sintomaticamente, *Planning in the Face of Power* (1989) contém todo um capítulo dedicado à educação de planejadores. Como explicar, então, a imagem que Forester parecia ter entre os alunos (e até entre certos professores), de pessoa pouco afeita à praticidade? Aparentemente, a proposta de refletir sobre a prática não lhes parecia muito prática... Na raiz desse imediatismo, vejo mais do que um viés decorrente da influência de uma cultura pragmática como a americana: vejo o viés de um campo do conhecimento tão marcado pela racionalidade instrumental, que o chamado à confusa realidade cotidiana da comunicação e da política torna-se não só irritante, como ameaçador. É melhor descartá-lo *a priori*, rotulando-o como “teórico” (leia-se: inútil), do que perder tempo em combatê-lo com argumentos mais substantivos.

Na verdade, quando se lê a obra de Forester,¹² percebe-se claramente que a tônica

são questões empíricas e não a teoria per se: além de beneficiar-se de considerável trabalho de campo de natureza qualitativa, realizado por ele próprio em órgãos de planejamento de diferentes cidades norte-americanas, o próprio estilo do autor torna suas formulações teóricas acessíveis até a leigos. Ao contrário do que ocorre com a obra de Habermas, os escritos de Forester primam por evitar o jargão e por recorrer com frequência a descrições vívidas de experiências e de exemplos extraídos do cotidiano dos planejadores. Veja-se, por exemplo, o capítulo 6 de *Planning in the face of power*, todo ele dedicado ao estudo de situações concretas de negociação e mediação referentes à implementação de projetos de land use planning. Além disto, o autor “teórico” relega a maior parte das considerações teóricas para as notas, que ocupam quase 40 páginas, colocadas no final do livro, o qual contém apenas um, entre dez capítulos, destinado a discutir teoria – e, sintomaticamente, o penúltimo, como se ele tivesse medo de “espantar” os leitores...

Ouso afirmar que o problema de Forester é justamente não ir mais a fundo nos aspectos teóricos de suas formulações – uma crítica que compartilho com Charles Hoch (1990) e Beth Milroy (1990).¹³ Isso o leva, muitas vezes, a substituir conceitos por exemplos, como no caso das categorias de comunicação necessária ou desnecessariamente distorcida (ver, por exemplo, Forester, 1989, p. 35 e 140). Mas trata-se de um mal menor, talvez até de um antídoto necessário para quem trabalha com categorias de inspiração habermasiana... Pois o maior mérito de Forester é demonstrar a utilidade da teoria (em particular, da teoria da ação comunicativa) para a pesquisa e a prática de planejamento:

é de teoria que os planejadores precisam quando estão perplexos: uma outra maneira de formular problemas, uma forma de antecipar resultados, uma fonte de lembretes sobre o que é mais importante, uma maneira de prestar atenção que proporciona direção, estratégia e coerência (Forester, 1989, p. 137).

Nessa perspectiva, questões de valor não são meras pedras no caminho “técnico” do planejador, mas estão “embebidas” no seu dia-a-dia profissional:

Quer usemos a linguagem da economia e sociedade, ou das forças produtivas e relações de produção, ou da eficiência e equidade, ou, ainda, da acumulação e legitimação, o ambiente do planejamento estruturalmente coloca para os planejadores não somente incertezas que exigem mais informação, mas também ambigüidades que pedem julgamentos de valor mais explícitos. Ao defrontarem-se com incertezas, os planejadores procuram vestígios e evidências. Ao defrontarem-se com ambigüidades em relação a regras, obrigações, promessas, mandatos, deveres, etc, os planejadores buscam precedentes, tradições, uma fonte de legitimidade, uma interpretação fundada consensualmente, ou, mais geralmente, uma resposta apropriada (Forester, 1989, p. 240).

Coerente com essa perspectiva, o autor toma partido, propondo alternativas capazes de tornar o planejamento simultaneamente mais eficaz e equitativo, numa sociedade “precariamente democrática mas fortemente capitalista”, onde a desigualdade é um fato social básico (Forester, 1989, p. 4). Para ele, estão equivocadas tanto a visão que concebe os planejadores¹⁴ como aqueles responsáveis por encontrar os meios mais adequados para a consecução de fins previamente dados, como a visão que os concebe como processadores de informação (1989, p. 14). Uma análise da prática cotidiana desses profissionais aponta para uma definição muito mais “política”: para ser eficazes, os planejadores precisam não só manipular informações, como ser capazes de formular projetos alternativos e ter habilidade para conseguir apoio político para os mesmos, sendo que tal apoio é importante, inclusive, para obter informações relevantes.

O principal aspecto do trabalho do planejador é “organizar a atenção” (p. 19). Isto é feito ao fornecer informações, mas o essencial é *como* tais informações são fornecidas. O autor ressalta a importância comunicativa da prática de planejamento, opondo-se, assim, a uma visão do senso comum que vê a comunicação oral em oposição à ação: “eles só fazem falar”, “só fazem nhém, nhém, nhém” – como se as palavras não produzissem efeitos práticos. Note-se que há, no senso comum, um desprezo ainda maior pela comunicação escrita: “os planejadores só produzem papel”. É preciso, porém, desmistificar essa visão, atentando para a função crucial que desempenham as palavras na constituição do social e do político.¹⁵ Segundo Forester, “[a] fala dos analistas importa muito. Quando eles falam, eles agem: eles notificam, informam, alertam, destacam, designam, perguntam, avisam, etc” (1989, p. 18). E mais adiante: “[analistas] têm de reconhecer que aquilo que se realiza depende em grande medida daquilo que é dito, e como é dito, e para quem” (1989, p. 23). Ressalte-se que Forester, tanto quanto Habermas, reconhece a importância da comunicação não verbal. No nível face a face, esta se produziria por meio de tom, gesticulação, expressões faciais ou mesmo impassividade. Já no nível organizacional, a manipulação de pautas de reunião é um exemplo relevante, sendo que, em ambos os níveis, “aquilo que não é dito pode ser tão importante e efetivo quanto o que é dito” (Forester, 1989, p. 238). Em qualquer caso, os atos de fala desempenham papel crucial como elementos básicos de coordenação entre as ações de diferentes sujeitos, evidenciando o seu alcance prático, ainda que se reconheça que seu conceito não pode ser confundido com o conceito mais geral de ação. Como destaca Habermas (1989, p. 406),

... posso dar a meus desejos expressão verbal, mas sem agir. E posso agir e permanecer um enigma para mim mesmo e para os outros. Mas amiúde ambas as coisas [i.e., ação e verbalização] vão juntas e freqüentemente nos inclinamos a dizer de nós mesmos e dos outros que

realmente não sabíamos o que sentíamos até que agimos. Portanto, a expressão mais completa e convincente de um sujeito é aquela em que realiza e ao mesmo tempo esclarece suas aspirações.

Nessa perspectiva, mesmo a simples descrição de um projeto pode ter conseqüências práticas, dependendo das intenções, dos interesses e da audiência envolvidos (Forester, 1989, p. 142).

O papel do planejador no processo de organizar ou desorganizar a atenção de diversos públicos é essencialmente político, e tem um forte componente ético, na medida em que as desigualdades socioeconômicas implicam também desigualdade em termos de “acesso, tempo e competência técnica para pressionar com posicionamentos ou argumentos tanto em ambientes burocrático-formais, como em ambientes mais informais” (Forester, 1989, p. 22). Cabe-lhe, pois, assumir um compromisso ético no sentido de mitigar essas desigualdades, em benefício de um processo de planejamento mais democrático.

Há um ditado francês que diz: “não se pode ser, ao mesmo tempo, rico, bonito e feliz”. Pois bem, Forester parece querer provar que não é bem assim: para ele, o planejamento tem de lidar, simultaneamente, com fatores (inter)subjetivos, político-organizacionais e estruturais, sendo igualmente racional, ético e eficaz (1989, p. 137). A eficácia do planejador dependeria, justamente, da capacidade de utilizar estratégias para lidar racionalmente com questões valorativas de poder, desenvolvendo habilidades para fazer julgamentos técnicos, práticos e críticos. As habilidades técnicas, que o capacitam a obter e manipular informações factuais, são apenas o ponto de partida ou condição mínima de eficácia. Para além desse tipo de aprendizado, os planejadores necessitam adquirir habilidades *práticas*, ou seja, político-organizacionais: “eles precisam ser capazes de trabalhar com outras pessoas, desenvolver confiança, identificar apoio e oposição, ter sensibilidade para o “timing”,

conhecer tanto os mecanismos informais [‘ropes’], como o organograma formal da organização” (Forester, 1989, p. 80). O autor, pois, não comete o erro — freqüente mesmo entre os que reconhecem o caráter intrinsecamente político do planejamento — de esquecer que a prática profissional está imersa num contexto burocrático, o qual é imprescindível considerar em sua micropolítica, sob pena de se cair num voluntarismo prepotente, ou num estruturalismo que torne os sujeitos impotentes. Em outras palavras, a concepção do planejador como um “profissional liberal” atuando de acordo com suas convicções políticas ou valores profissionais é incapaz de reconhecer os limites organizacionais e estruturais para a realização de projetos técnicos ou políticos. Por sua vez, a concepção de planejamento como atividade de um Estado abstrato e despersonalizado, a serviço dos imperativos funcionais da acumulação de capital e da legitimação do sistema, não dá conta nem das opções individuais, nem das forças organizacionais capazes de transformar estruturas (Gondim, 1987).

A concepção político-organizacional de planejamento defendida por Forester não perde de vista os fatores estruturais: para ele, os planejadores têm de estar preparados para fazer julgamentos *críticos*, ou seja, tomar decisões concernentes a questões de dominação e de justiça social. Nesse sentido, os técnicos de planejamento devem desempenhar o papel de educadores:

Ao aprender como o bem-estar público é ameaçado, como os oprimidos são mantidos na opressão e como os pobres são mantidos na pobreza, os planejadores podem aprender a agir contra essas condições: organizando, politizando e tornando mais poderosos [empowering] os cidadãos para criar a possibilidade de uma política genuinamente democrática. Nessa educação prática reside a contribuição de uma visão crítica das organizações e da ação organizacional (Forester, 1989, p. 81).

Aqui, volta-se à questão inicial, qual seja: como é possível tratar racionalmente, isto é, de forma não arbitrária e não relativista, questões de dominação e de injustiça social, que parecem estar mais próximas aos deuses da concepção de racionalidade weberiana, para os quais não há lugar no Olimpo da ciência e da técnica? A estratégia de Forester é adaptar a teoria de Habermas para o contexto do planejamento, utilizando a concepção de *ética comunicativa*, baseada nas pretensões de validade implícitas nos atos de fala. A leitura que Forester faz da complexa pragmática universal habermasiana é tão clara e convincente, que merece uma longa citação:

Na vida cotidiana nós tipicamente assumimos, e pressupomos, responsabilidades corriqueiras [ordinary responsibilities] de não mentir nem enganar, de falar corretamente, de oferecer informação relevante ou importante. Frequentemente, nós antecipamos que os outros cumprirão essas responsabilidades também. Isto faz com que ouvir uns aos outros seja possível e razoável, embora pareça difícil, algumas vezes. Se isso não fosse o caso, o desentendimento seria a regra; a maior parte da comunicação, mesmo a mais simples, corriqueira e mesmo superficial, não existiria. Não seríamos capazes de perguntar as horas, nem os analistas do planejamento poderiam checar qualquer informação da qual duvidassem. Para nos comunicar uns com os outros, mesmo para discordar, temos que pressupor tais normas implícitas da comunicação intersubjetiva e, num outro sentido, sustentá-las e não negá-las ... Mas a ética comunicativa não leva simplesmente a regras simples e ingênuas: 'Diga sempre a verdade!', por exemplo. Julgar o quanto deve ser dito, para quem, e quando, raramente é uma questão simples — o que constitui mais uma razão para estudar esses julgamentos práticos mais cuidadosamente (Forester, 1989, p. 212; grifos no original).

No contexto da prática de planejamento, as pretensões de validade subjacentes à ação comunicativa são transformadas em categorias mais empíricas, ou seja, em requisitos que dizem respeito à formulação dos problemas (pretensão de compreensibilidade), à aceitação dos fatos (pretensão de verdade), ao consentimento quanto à situação normativa ou contextual (pretensão de legitimidade) e à confiança quanto às intenções (pretensão de veracidade ou sinceridade). Os efeitos pragmáticos da aceitação dos requisitos de compreensibilidade (ou clareza) e de verdade são: moldar [shape] o foco de atenção e as crenças do ouvinte, respectivamente; já os efeitos pragmáticos da aceitação dos requisitos de legitimidade e sinceridade são: obter o consentimento e a confiança do ouvinte (Forester, 1994, p. 135). A partir desses critérios, podem-se formular questões orientadoras ("diagnostic questions") para avaliar o desempenho dos diversos agentes envolvidos na prática de planejamento, como, por exemplo:

a) quanto à compreensibilidade: os planejadores se expressam em linguagem clara e acessível ao público leigo? Os demais participantes da interação entenderam o que foi dito (proposto, ameaçado, negociado, etc) pelos representantes do setor imobiliário, do governo, da associação de moradores?

b) quanto à verdade: os fatos apresentados pelo planejador são exatos? Há outras interpretações da situação, ou soluções alternativas para os problemas identificados? Os ouvintes têm acesso a informações pertinentes? Quais as crenças que estão sendo reproduzidas?

c) quanto à legitimidade: será que os técnicos estão-se aproveitando do seu status profissional para impor suas opiniões? Como é que o planejador legitima sua presença em determinada situação prático-política?

d) quanto à sinceridade: quão aberto é o planejador, e como isso afeta o seu relacionamento com os demais? Como expressa seus sentimentos e intenções? Como lida com suspeitas e desconfianças?¹⁶

Esse tipo de questão pode e deve ser tratado em relação a contextos específicos, de

forma sistemática, a fim de permitir a elaboração de uma “teoria da prática” de planejamento. Por sua própria natureza, uma teoria comunicativa não pode ser dissociada da pesquisa empírica, pois o que está em jogo não é a formulação de princípios éticos gerais, mas a aplicação de procedimentos cuja validade só pode ser interpretada contextualmente.

ALGUNS PROBLEMAS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NAS FORMULAÇÕES DE JOHN FORESTER

Os métodos qualitativos de investigação de cunho etnográfico parecem ser os mais adequados à proposta de Forester,¹⁷ pois permitem captar os significados intersubjetivamente constituídos no decorrer das interações, na medida em que o pesquisador abandona o distanciamento preconizado pelo positivismo, e “mergulha” no contexto cultural que pretende estudar.¹⁸ Como identificar, porém, os fatores macroestruturais que condicionam essas interações?

Bourdieu (1989) lembra que a escolha do método é inseparável da opção teórica que norteia a construção do objeto de pesquisa. No caso de Forester, a utilização de uma metodologia qualitativa que privilegia as interações face a face e o discurso dos agentes expressa e reforça um viés pluralista e voluntarista que pode ser identificado na sua concepção teórica de planejamento. Muito embora essa concepção faça menção aos fatores de natureza estrutural que modelam (“shape”) – para usar uma palavra-chave do pensamento forestiano – a prática dos planejadores, a *análise* de tais fatores é conspicuamente ausente da obra de Forester. Se, por um lado, *Planning in the face of power* explicita, de saída, que discutirá o planejamento numa sociedade “precariedade democrática e fortemente capitalista”, por outro lado, não ajuda a desvendar a natureza desse capitalismo e suas articulações com o mundo político-organizacional dos planejadores (Bauerregard, 1990). Essa limitação é reconhecida pelo próprio autor já no primeiro capítulo daquele livro: “... as forças estruturais político-econômicas que condicionam [stage]

a prática cotidiana são frequentemente referidas, mas não são sistematicamente avaliadas nos capítulos que se seguem; essas forças demandam mais atenção” (Forester, 1989, p. 13). A meu ver, porém, o problema não se resume a uma questão quantitativa que pudesse ser resolvida, por exemplo, por um capítulo adicional; trata-se, antes, de uma deficiência intrínseca a uma teoria fortemente calcada nas dimensões intersubjetiva e micropolítica da vida social. Ocorre-me aqui uma crítica que Machado (1986) faz aos estudos sobre movimentos sociais urbanos, realizados no Brasil nos anos 80, e, em particular, ao estudo de Alba Zaluar (1985) sobre a identidade social do trabalhador pobre, baseado numa pesquisa etnográfica realizada no conjunto habitacional Cidade de Deus (Rio de Janeiro). Segundo aquele autor, analisar a política tal como praticada no cotidiano dos bairros, tendo como fonte principal o discurso dos agentes – como fazem esses estudos – tem como consequência necessária a impossibilidade de identificar os vínculos entre o comportamento das classes subalternas e os processos ou estruturas exteriores a suas práticas (Machado da Silva, 1986, p. 10). O que era um saudável movimento no sentido de reconhecer como legítima a problemática do sujeito, insistentemente negada pelas análises marxistas de corte althusseriano (muito em voga no Brasil nos anos 70), teve uma consequência negativa, qual seja, a de descuidar-se das questões estruturais e, em particular, da análise dos aspectos diretamente ligados ao processo produtivo. Como as pesquisas concentram-se na esfera da reprodução, enfatizando as dimensões simbólicas e políticas, perde-se de vista a perspectiva, mais econômica, da produção, ainda que, na realidade, produção e reprodução estejam articuladas. Mas essa articulação não pode ser apreendida se se adota como perspectiva metodológica apenas o ponto de vista dos agentes, pois estes “vêm” a política, mas não “vêm” a “economia” (Machado da Silva, 1986, p. 16).

No caso de Forester, não só os agentes, mas o próprio pesquisador parece ter dificuldade em enxergar os fatores estruturais: tanto

é que ao analisar a interação entre planejadores, arquitetos e membros de uma comunidade, no contexto de um projeto de desenho urbano proposto para um parque local (“Designing as Making Sense Together”, capítulo 8 de *Planning in the face of power*), a única informação fornecida sobre o contexto sócio-econômico é que se trata de “uma pequena cidade do nordeste” dos Estados Unidos. O autor não provê nenhum dado que permita uma caracterização socioeconômica mínima do bairro (por exemplo, trata-se de uma população pobre ou de classe média? O bairro onde se situa o parque é habitado por qual minoria étnica? Qual a classe social dos residentes que manifestam opiniões sobre uma ou outra proposta?), o que constitui uma séria lacuna num texto que, fora isso, é bastante rico de *insights* teóricos e metodológicos.

As contribuições teóricas e empíricas de Forester precisam, pois, incorporar a análise da estrutura produtiva e da dinâmica do desenvolvimento capitalista num determinado espaço, articulando-a à conjuntura político-organizacional e às experiências cotidianas dos diversos agentes do planejamento – técnicos, grupos empresariais, movimentos sociais e outros. Em suma, algo como um casamento do marxismo com a fenomenologia, que permitisse recuperar a dimensão, aparentemente perdida, da economia política, num mundo simultaneamente globalizado e fragmentado. Afinal, o próprio Habermas reconheceu, em entrevista recentemente publicada pela *Folha de São Paulo*, que “... o que nos falta neste final do século 20 ... é uma crítica do capitalismo, uma crítica diferente, com outras premissas, mas, ainda assim, uma crítica enérgica” (Habermas, 1995, p. 5-6). A magnitude dessa tarefa talvez a torne irrealizável nos marcos de uma obra individual, e, de qualquer forma, seria lamentável se Forester viesse a lamentar, como fez Habermas na mesma entrevista, não ser economista. Nada tenho contra os economistas, mas estou convicta que o momento é de buscar sínteses integradoras, e não de retornar para dentro da segurança estéril dos muros disciplinares.

CONCLUSÃO

Apesar dessa limitação, a proposta de Forester representa uma contribuição inestimável para a realização das promessas emancipatórias que podemos identificar tanto na modernidade, como na pós-modernidade. Ao lado de Habermas (e de outros), abre caminho para uma crítica racional da razão tecnocrática e autoritária típica dos tempos modernos, sem abrir mão do potencial libertário colocado pelo Iluminismo. A realização desse potencial depende da nossa capacidade de conciliar o reconhecimento das identidades culturais – típico da pós-modernidade – com o respeito a direitos universais, o que, por sua vez, exige a superação simultânea do positivismo e do relativismo. Nas palavras de Forester (1990, p. 45):

Dadas ... as alternativas do modernismo fundacionalista (a ciência resolverá!) e o pós-modernismo relativista, considero que ‘estar suspenso no meio’ [entre a modernidade e a pós-modernidade] é justamente onde se deve estar: mediando dialeticamente, por assim dizer, entre a promessa dos direitos e do respeito, no lado moderno, e a promessa da valorização da particularidade e da identidade comunitária, no lado pós-moderno. Desde que ambos os extremos prometem desastres potenciais (exagerando, controle total ou nihilismo/autoritarismo), tentar aproximar e integrar colocando-se no meio, tentar trabalhar um “pragmatismo crítico”, parece ser mesmo o lugar onde devemos estar.

A proposta de uma teoria crítica e de uma ética comunicativa para o planejamento parece ser, pois, o caminho de saída das encruzilhadas da pós-modernidade. Se as contribuições teórico-metodológicas de Forester não conseguem pavimentar uma estrada nessa direção, pelo menos nos concedem a esperança de que um dia chegaremos lá. Essa chegada vai depender de um trabalho colaborativo e interdisciplinar, teórico e empírico, para o qual não podemos contar com as bênçãos dos deuses da irracionalidade.

NOTAS

- ¹ Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no Encontro sobre Pobreza, Urbanização e Meio Ambiente, promovido pelo IPPUR/UFRJ e pelo Departamento de Planejamento Urbano e Regional da Universidade de Cornell (EUA), em Itamonte-MG, de 30/05 a 02/06 de 1995. O presente texto beneficiou-se dos comentários críticos dos participantes desse evento e de Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes (UFC), Kleber Amora (UFC), Luiz Carlos Borges (UNICAMP), Manfredo de Oliveira (UFC) e Sérgio Costa (UFSC), os quais, evidentemente, nada têm a ver com os erros e lacunas que porventura tenham persistido.
- ² Ver, a respeito, Bendix (1971).
- ³ Ver, por exemplo, o Prefácio do livro de DaMatta (1987, p. 11), sintomaticamente denominado *Relativizando: uma introdução à antropologia social*: “O ‘relativizando’ que nomeia este livro, portanto, nada tem a ver com uma ideologia substantiva do universo social humano, segundo a qual tudo é variável e tudo é válido. Muito ao contrário, trata-se de uma atitude positiva e valorativa, expressa no meu ‘relativizando’, a cobrir o abraço destemido que damos quando pretendemos entender honestamente o exótico, o distante e o diferente, o ‘outro’”. A posição de Soares (1990) é algo divergente, pois considera que relativismo e universalismo podem conviver, e convivem, na prática hermenêutica, na medida em que esta, ao mesmo tempo que supõe a comensurabilidade dos sistemas simbólicos, reconhece a impossibilidade de estabelecer critérios apriorísticos para validar traduções e interpretações.
- ⁴ Todas as citações foram traduzidas pela autora, devido à inexistência de traduções das obras citadas para o português.
- ⁵ A teoria dos atos de fala, desenvolvida por John Robert Searle, busca estudar a ‘força elocucionária’ dos enunciados, reconhecendo que a mesma frase pode ter o valor de uma ordem, de um pedido, de uma ameaça ou de uma promessa, conforme as circunstâncias em que é dita. “Portadores de um sentido, de uma significação abstrata e geral, as mensagens trocadas contribuem ao mesmo tempo para *estabelecer ou modificar as relações entre interlocutores*. As palavras tanto ‘actuam’ como ‘dizem’ “ (Favrod, 1979, p.38).
- ⁶ Como nota (Habermas, 1979, p. 32), apenas as teorias da fonética e da sintática situam-se exclusivamente no campo da linguística, já que a semântica não pode prescindir dos aspectos pragmáticos da linguagem.
- ⁷ Publicada originalmente em alemão, em 1981, traduzida para o inglês em 1984 e para o espanhol em 1987, essa obra permanece sem tradução em português.
- ⁸ Barbara Freitag enumerou cerca de mil autores citados na obra *Teoria da ação comunicativa* (Siebneichler, 1989, p. 162). Para o leitor, isso cria problemas, pois Habermas muitas vezes escreve como se partisse do pressuposto de que todos dominam os conceitos utilizados pelos múltiplos autores com os quais trabalha. Acrescente-se, ainda, o estilo hermético do filósofo alemão, cuja prosa é tão cheia de jargão - para não falar nos duplos negativos, frases excessivamente longas e outros defeitos estilísticos - que leva a pensar que ele “escreve para si mesmo ou para um pequeno grupo de colegas”, como nota Shapiro (1976, p. 170), um admirador da obra habermasiana.
- ⁹ John Forester, nascido em 1948, formou-se em engenharia mecânica pela Universidade da Califórnia, Berkeley, em 1970. Fez Mestrado e Doutorado na mesma Universidade, concluindo-os, respectivamente, em 1974 e 1977. Desde 1978, é professor do Departamento de Planejamento Urbano e Regional da Universidade de Cornell, em Ithaca, New York.
- ¹⁰ Em *Reply to my critics* (1990, p. 49), Forester afirma que estudou Wittgenstein e Austin antes de se dedicar à leitura de Habermas.
- ¹¹ Alusão à resenha que Forester fez do livro *Communication and the Evolution of Society*, de Habermas, intitulada “Selling you the Brooklyn Bridge and Ideology” (Forester, 1981).
- ¹² É vasta a bibliografia produzida por Forester: mais de 70 artigos e oito livros (inclusive

- como co-autor ou co-organizador). Infelizmente, parece que só existe um artigo traduzido para o português, publicado na revista *Plural* (Forester, 1994).
- ¹³ A obra de Forester, principalmente *Planning in the face of power*, foi discutida por estes e outros estudiosos no periódico *Planning Theory Newsletter* (1990).
- ¹⁴ O autor concebe o objeto da prática de planejamento num sentido amplo, capaz de incluir uma “família de papéis que envolvem deliberação sobre cursos de ação apropriados”: analistas de políticas públicas, administradores e, evidentemente, planejadores urbanos (Forester, 1989, p. 14; tradução minha).
- ¹⁵ Essa questão também é explorada por Bourdieu, para quem a luta para transformar o mundo é inseparável da luta pela transformação das categorias utilizadas para perceber e interpretar o mundo (Bourdieu, 1989, p. 142).
- ¹⁶ Adaptado de Forester, 1989, p. 148.
- ¹⁷ Ver, a respeito, o artigo “Critical Ethnography: On Fieldwork in a Habermasian Way” (Forester, 1992).
- ¹⁸ O que não quer dizer que se deixe levar pelas emoções, abandonando os padrões de rigor científico; ver, a respeito, Geertz (1978) e Bernstein (1976), para uma discussão mais epistemológica sobre as possibilidades de objetividade; e Becker (1993), para uma discussão dos aspectos mais operacionais que dizem respeito à construção de inferência e prova na observação participante.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 5-28, 1987.
- BEAUREGARD, Robert. (1990), “Intellectual journeys and political destinations”. *Planning Theory Newsletter*, n. 4, Inverno.
- BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- BERNSTEIN, Richard. *The restructuring of social and political theory*” S/1, University of Pennsylvania Press, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- DURHAM, Eunice. *A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas*. In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FAVROD, Charles-Henri. *A linguística*. Lisboa: Dom Quixote (Enciclopédia do Mundo Actual), 1980.
- FORESTER, John. Selling you the Brooklyn Bridge and ideology (A review of Habermas’s *Communication and the evolution of society*). *Theory and Society*, n. 10, p. 745-750, 1981.
- _____. *Planning in the face of power*. Berkeley: University of California Press, 1981.
- _____. (1990), Reply to my critics. *Planning Theory Newsletter*, n. 4, Inverno.
- _____. *Teoria crítica e análise organizacional*. *Plural*: São Paulo, n. 1, 1994.
- _____. Critical ethnography: on fieldwork in a habermasian way. In: ALVESSON, Mats & WILMOTT, Hugh (orgs.). *Critical management studies*. Londres: Sage, 1992.
- FREITAG, Bárbara. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GONDIM, Linda M. *Planners in the face of power*. Ithaca-NY: Cornell University, Latin American Program Dissertation Series. 1987.
- HABERMAS, Jürgen. *Legitimation crisis*. Boston: Beacon Press, 1975.
- _____. What is universal pragmatics? In: *Communication and the evolution of society*. Boston: Beacon Press, 1975.
- _____. *Teoría de la acción comunicativa* (2 vols.). Madri, Taurus, 1989.
- _____. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Madri: Cátedra, 1989.
- _____. Habermas – entrevista exclusiva [a Bárbara Freitag & Sergio Paulo Rouanet]. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 30 de abril, 1995.

- HELD, David. *Introduction to critical theory*. Berkeley: University of California Press, 1980.
- HOMANS, George C. Bringing men back. In: *American Sociological Review*, v. 29, n. 5, p. 809-818, dezembro, 1964.
- KUHN, Thomas S. *The structure of scientific revolution*. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. 5. edição, São Paulo: Cortez, 1994.
- LUKES, Steven. *Power: a radical view*. Londres: MacMillan, 1974.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. *Para repensar o paradigma dos movimentos sociais urbanos*. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO e PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 10, Campos de Jordão, out, 1986.
- McCARTHY, Thomas. *The critical theory of Jürgen Habermas*. Cambridge: The MIT Press, 1981.
- McGUIRE, R. R. Speech acts, communicative competence, and the paradox of authority. *Philosophy and Rethoric*, v. 10, n. 1, 1977.
- MISGELD, Dieter. Emancipation, enlightenment, and liberation: an approach toward foundational inquiry into education. *Interchange*, v. 6, n. 3, 1975.
- MILROY, Beth Moore. Critical capacity and planning theory. *Planning Theory Newsletter*, n. 4, Inverno, 1990.
- SCHWARTZMAN, Simon. Paradigma e espaço nas Ciências Sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 4, v. 2, p. 29-35, junho, 1987.
- SEARLE, John. What is a speech act? In: SEARLE, John (org.). *The philosophy of language*. Londres, Oxford University Press, 1971.
- SHAPIRO, Jeremy. Reply to Miller's review of Habermas' *Legitimation crisis*. *Telos*, p. 170-176, Primavera, 1976.
- SIEBENEICHLER, Flavio Beno. *Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- SOARES, Luiz Eduardo. Luz baixa sob neblina: relativismo, interpretação, antropologia. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 5-29, 1990.
- ROUANET, Sergio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- THOMPSON, John B. Universal pragmatics. In: THOMPSON, John B. & HELD, David. *Habermas: critical debates*. Cambridge: The MIT Press, 1982.
- WEBER, Max. A ciência como vocação. In: GERTH, H. H. & MILLS, C. Wright. *Max Weber; ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.